



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 24

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 27-12-2006

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa e pelos Vogais Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Primeiro Secretário e Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Joaquim Manuel Silva Marques, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Vasco Manuel Dias Lopes, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel Pinho Regala.

Pelas 21:00 hora a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal e Mário Manuel Borges Pereira Pinto.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Margarida Dias Ferreira (saiu às 24:00horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, João Pedro Simões Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Jorge Manuel do Nascimento e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Maria Romana Alves

Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Octávio Manuel Rodrigues, respectivamente.
Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida o Presidente em exercício deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁶⁵

“Senhor Presidente, Senhores deputados, muito obrigado. Estamos perante um documento das actividades que a Câmara Municipal desenvolveu nos últimos dois meses e meio. O documento foi atempadamente distribuído e contém uma descrição que se nos afigura clara e esclarecedora e integra ainda diversos anexos que pormenorizam a acção que foi desenvolvida. Parece-nos por isso desnecessário maçar-vos com mais explicações ou apresentações, pelo que ficamos ao dispor para dar os esclarecimentos que a assembleia entender por bem formular. Muito Obrigado.”

(Entraram na sala os vogais José António Tavares Vieira e Carlos Eduardo Maria Martins)

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁶⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁶⁶

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) ⁶⁶

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁷

“Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu antes de mais queria cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara pelo documento muitíssimo muito bem elaborado que nos apresenta. Eu sinceramente não era capaz de fazer melhor. Convenço-me mesmo que aqui estivesse o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa lhe dava um 18. Quanto ao conteúdo julgo que lhe dava negativa.

Senhor Presidente queria apenas fazer três observações que acho são importantes. Quero começar pelo primeiro ponto que é: cumprimentá-lo e felicitá-lo pela assinatura do contrato da empreitada da Pista Olímpica de Cacia. Sinceramente fico satisfeito por esta Câmara ir começar a arranjar com obras importantes.

O segundo é a promoção de veículos menos poluentes como as bicicletas. E eu pergunto, como vão fazer a promoção destes veículos? Nós sabemos que da bancada da coligação temos um deputado (não está aqui presente), mas que é contra as bicicletas na cidade e contra as BUGAS, dado que acha que põem em perigo a vida das pessoas. Eu gostava de saber Senhor Presidente qual é o método que a Câmara vai arranjar para promover os veículos não poluentes e no caso concreto das bicicletas.

Em terceiro e último, era que o Senhor Presidente dissesse a esta Assembleia quando é que efectivamente o ferry-boat começa a funcionar? É que anda há meses de Pôncio para Pilatos

de Pilatos não sei para onde, e o certo é que deve já estar meio podre e não sabemos quando é que começa a funcionar! Diz que sim senhor, que vai começar, mas isso senhor Presidente já andamos a ouvir há meses. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos dissesse quando é que podemos contar com o dito barco. É só”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁸⁸

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁸⁹

Vogal João Pedroso (PS) ⁹⁰

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁹¹

“Muito Obrigado. Gostaria de tecer alguns comentários breves à Comunicação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal de Aveiro e brevemente diria o seguinte: a autarquia assinou neste período que acabou em 30 de Novembro, o contrato de empreitada para a construção das infra-estruturas hidráulicas da futura Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe. Sem querer repetir o que venho a dizer sobre o assunto reafirmo a insensatez desta contratação sem que previamente se tenha obtido o necessário financiamento. Todos queremos a pista do Rio Novo do Príncipe mas, como o futuro provará, a insensatez do Sr. Presidente vai conduzir a que esse velho sonho aveirense nunca venha a ser concretizado ou, na eventualidade de o ser, o que duvido, trazer custos pesadíssimos ao erário municipal que serão repercutidos negativamente no bolso dos munícipes.

Informa o Sr. Presidente, ter vendido em hasta pública três terrenos do Plano de Pormenor do Centro conseguindo uma receita de 4,5 milhões de euros o que considera que se trata de uma importante medida de gestão, uma vez que possibilita que a verba sobrança da diminuição da despesa bancária seja investida em projectos de interesse colectivo!? Semântica à parte gostaria de saber qual foi a verba sobrança e quais foram os projectos de interesse colectivo que financiou ou que é previsto financiar?

Informa também que concluídas as obras de reparação e asseguradas as necessárias condições de navegabilidade o ferry-boat começará a transportar viaturas e passageiros logo que o arranjo do cais do Forte da Barra esteja concluído. Sobre o ferry-boat gostaria de saber 3 coisas. Em primeiro lugar: Quanto custou a reparação que sofreu nos Estaleiros do Mondego? Até quando é válido o certificado de navegabilidade da embarcação? Está prevista uma nova ida ao estaleiro? Foram resolvidos os problemas mecânicos que quase causava um acidente quando entrava em Aveiro? Qual a data prevista para a sua entrada em funcionamento regular? Já foram estudados os horários de laboração? Quais os valores previstos para os bilhetes para passageiros e viaturas? Esses valores já foram incluídos nos novos tarifários?

No referente à Casa Major Pessoa gostaria de ser informado porque é que as obras estão paradas há tanto tempo. Algum novo mistério? O Sr. Presidente informa que a Casa Major Pessoa que é o mais significativo imóvel de Arte Nova aveirense será brevemente inaugurada na condição de Museu dessa corrente estilística, alargando a futura rede municipal de museus. Há alguma data prevista para essa desejada inauguração?

No que respeita à situação financeira do Município o Sr. Presidente informa-nos que até 30 de Novembro de 2006 as receitas globais cifram-se à data num montante global cobrado de 41,7 milhões de euros sendo 30,8 milhões relativos a receitas correntes e 10,8 milhões referentes a receitas de capital. Quanto às despesas pagas 25,4 milhões de euros correspondem a pagamentos relativos a despesas correntes e 13 milhões de euros a despesas de capital o que perfaz um total de 38,4 milhões de euros. Como é que o Sr. Presidente nos explica tamanha discrepância destes números relativamente ao Orçamento que aqui apresentou e fez aprovar? Será que isto pressagia uma execução orçamental inferior a 1/3 do previsto?

Relativamente à evolução da dívida do Município de Aveiro em Contabilidade, o Sr. Presidente informa-nos que o montante total é de 117,4 milhões de euros.

Sem querer voltar a analisar o que é dívida e passivo (pois pelos vistos ninguém aprendeu) fico sem compreender a razão deste montante.

Então o passivo, ou a dívida já nem sei bem, não era de 180, 200 ou 220 milhões de euros como repetidamente têm afirmado?

E o que é isso de passivo em contabilidade? É o valor real? É uma aproximação? É uma mistificação? O que é que faltará contabilizar para perfazer os tais 220 milhões de euros?

Gostaria também de inquirir o Sr. Presidente, já que nada nos diz na sua Comunicação sobre esse assunto, como está a resolução da dívida da EMA para com o Beira-Mar. O protelamento da resolução desse problema é uma vergonha colectiva que não pode continuar a existir uma vez que, tanto quanto sei, o terreno cujo valor se destinava a solver a dívida já foi alienado. O Beira-Mar passa por momentos difíceis e todos temos o direito de saber qual é a verdadeira posição da Câmara para com o maior clube do concelho de Aveiro. Será que este executivo deseja que acabe o Beira-Mar? E se o não deseja o que está a fazer para que isso não aconteça?

Finalmente algumas breves considerações sobre a estratégia desta Câmara para resolver a problemática do défice que cada vez mais, um passo atrás do outro vai fazendo o seu caminho e a posição firme que o Partido Socialista vai assumir relativamente a essa estratégia.

O Partido Socialista ficou inquieto há alguns dias quando teve que analisar o novo tarifário da água. Ficámos inquietos porque sentimos que o novo tarifário, que habilmente esconde os aumentos que encerra, se vai traduzir em aumentos bastante significativos no preço desse bem essencial que nalguns casos chegam a ultrapassar os 30%. 30% de aumento da água? Todavia e porque ficaram intocados os preços dos pequenos consumidores que normalmente correspondem aos munícipes de bolsas mais débeis votámos a favor. Já não o fizemos relativamente ao tarifário da MoveAveiro porque começamos a sentir que a estratégia desta Câmara para a resolução do problema do défice que afinal consiste num ataque desenfreado à bolsa dos munícipes de menores recursos.

Se esta Câmara pensa que vai resolver o problema do défice dessa forma fique ciente que vai contar com a total oposição e até o repúdio do Partido Socialista. Uma Câmara que baixa a taxa da Derrama, uma Câmara que diminui conscientemente os seus proveitos em favor de empresas ou empresários que apresentam resultados positivos, não se pode permitir aumentar desta forma o preço de alguns bens essenciais para os munícipes. É uma política de roubar aos pobres para dar aos ricos com o qual o Partido Socialista não pode de nenhuma forma concordar.”

Vogal José Costa (PS) ⁰¹²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹³

“Muito Obrigado. Bom, acho que vou começar pelo fim deste relatório, onde aparece uma discriminação do passivo de uma maneira diferente daquelas que nos tinha habituado e onde já era hábito em assembleia anteriores, mas reconheço que esta maneira de nos apresentar as contas e o passivo é uma maneira muito mais clara e apesar de aparecerem esta enormidade destes números, é bom, para que tomemos consciência da sua real grandeza e vejamos estes números diminuírem.

Na Câmara o passivo ainda não está a diminuir, ainda estamos na contabilização de passivos ocultos, penso que só ficará claro quando o relatório da IGF surgir e quando o relatório da auditoria privada nos for dado a conhecer. Até lá estes são os números que a câmara vai tendo e por isso não de espantar que possam ainda vir a aumentar.

Gostaria também de referir aqui as Contas e os Passivos dos Serviços Municipalizados e que têm vindo a diminuir. Penso que também têm vindo a diminuir porque a Move Aveiro já não faz parte dos Serviços e esta diminuição verifica-se apesar da assunção da dívida à SIMRIA, que começou a ser contabilizada e tem vindo também a ser paga.

Em relação à MoveAveiro gostaria de realçar um aspecto muito positivo e que nós não podemos descurar algum tipo de receitas e que é o facto de haver uma publicidade ambulante que deve ser valorizada pelo facto dos autocarros apresentarem painéis publicitários com diversas empresas, algumas delas até rimam com a cor da própria MoveAveiro. Eu acho que é uma ideia feliz, é uma ideia que espero traga bons proveitos à empresa para que este saldo negativo da empresa possa começar a ser corrigido. Eu tenho a sensação que a MoveAveiro não está a dar tanto prejuízo como estava a dar no início. E gostaria de perguntar à Câmara se na realidade é verdade, se há uma diminuição deste passivo.

Ainda em relação às receitas gostaria de notar o facto de haver uma receita de 4,5 milhões de euros e infelizmente ter de ser para pagar uma hipoteca! Mas ainda haver uma réstia de esperança e dizer assim: bom, pagando estas hipotecas, apesar de não se fazer obra, como vai haver uma diminuição do encargo, ainda podemos ter uma réstia de esperança de fazer com que haja algum investimento. É que infelizmente, por muito que os nossos amigos socialistas nos queiram fazer esquecer esta problemática nós não podemos esquecer. Esta Câmara herdou uma situação que está completamente atada e que tem vindo paulatinamente, com muita precisão, a desenrolar todos estes nós que foram dados não só por uma pessoa, mas por um grupo de pessoas que ainda teimosamente continuam a acreditar que foi tudo muito bem quando na realidade há muitos erros que têm de ser assumidos.

Outro assunto que gostaria de realçar tem a ver com o contrato da empreitada do Rio Novo do Príncipe. Mais uma vez acho que esta Câmara está a ir no caminho certo de honrar os compromissos que assumiu e fazer com que outros mais poderosos honrem também os seus compromissos. É que esta obra de Cacia não é uma obra só desportiva, como muitos querem fazer crer; não. Não tem de ser um Senhor Secretário do Estado do Desporto a pronunciar-se sobre se vai ou não financiar a obra. Esta obra é de uma dimensão social, duma dimensão ambiental, duma dimensão económica demasiado grande para a nossa região de Aveiro e não podemos ficar quietos, sossegados, só porque o Senhor Secretário de Estado acha que não é prioritária. É mais que prioritária. O Senhor Presidente da Câmara tem todo o nosso apoio para que esta obra continue porque com certeza as receitas para se construir esta intervenção no Rio Novo do Príncipe possamos recuperar todos estes terrenos agrícolas que nós temos no Baixo Vouga. E toda esta zona também em termos ecológicos tem de ser também preservada. E esta Pista que se quer fazer também vai trazer esta qualidade ambiental que Aveiro e a zona Norte de Aveiro e da região precisam.

Ainda em relação a heranças que nós vimos tendo da anterior Câmara e do nosso partido socialista, gostaria de realçar dois aspectos que aqui já foram falados. Um deles é o ferry-boat.

Gostaria de perguntar (já que aqui foram feitas perguntas sobre o ferry-boat) e que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos pudesse dizer, quanto é que a Câmara Municipal enquanto entidade, ao longo destes 5 ou 6 anos que o ferry já está na nossa posse e a apodrecer, quanto é que a Câmara já gastou em termos de adaptação de um barco que foi concebido para andar em rio, para poder andar numa zona lagunar; quanto é que já foi gasto para armazenar o barco; quanto é que já foi gasto para preservar o casco, a maquinaria, tudo? Quanto é que Câmara de Aveiro já gastou com este barco — e se não teria sido preferível fazer este investimento só depois dos cais de atracamento que só agora vão ser colocados. Saber se não seria esse o investimento certo para Aveiro.

Outra coisa que gostaria de questionar é a herança do protocolo com o Beira-Mar. Que foi aqui denunciado na altura certa por nós. Este contrato com o Beira-Mar que só foi aprovado

com o partido socialista. E que lembro, não foi sequer trazido aqui a esta assembleia — veio aqui só muito mais tarde para conhecimento.

Gostaria de perguntar quanto é que a herança do partido socialista em relação àquilo que é uma dívida ao Beira-Mar, que não é mais que uma dívida ao futebol profissional do Beira-Mar e que esta Câmara está obrigada a cumprir! E isto não estou só a falar da questão do futebol, falo também de todos os outros encargos que esta Câmara tem, se quiser cumprir um protocolo que foi feito e que envolvia muitas outras parcelas como a sede do Beira-Mar e outro género, que tinham sido concedidas pelo nosso anterior presidente de câmara.

São estas as questões. Nós responsabilmente e penso que esta Câmara responsabilmente está assumir os protocolos, está a assumir tudo quanto o anterior presidente da câmara firmou com as diversas entidades. É um peso, um peso pesado que esta Câmara paulatinamente vai desatando estes nós e vai levando esta Câmara a bom porto e julgo que já não faltará muito para pudermos ver a luz do dia e agora sim fazemos com que esta Câmara possa finalmente a poder cumprir o plano. Muito obrigado.”

Vogal João Pedroso (PS): [014](#)

“Como simples jurista, que aprendi o rudimentar de finanças públicas, não consigo perceber o que é um passivo oculto num serviço público. Como foi aqui invocado como argumento político que havia um passivo oculto queria que o senhor professor Manuel António Coimbra me respondesse o que é que pretendia dizer com essa afirmação.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): [015](#)

“Senhor doutor, como o senhor sabe há toda uma série de facturas e de compromissos que nem sequer o próprio que nem sequer o próprio partido que apoiava o executivo sabia que existia. Estou-lhe a dar por exemplo este do protocolo do Beira-Mar. Se for ver o protocolo do Beira-Mar há-de verificar que não há sequer contabilização de quais eram os montantes envolvidos nas permutas e nas promessas que estavam a ser feitas!? Por exemplo, em relação à SIMRIA há um contrato que foi assinado e o próprio presidente da câmara nunca o contabilizou. E é um facto que tem de ser contabilizado. Portanto são estas facturas, são estes protocolos que a câmara vai começando a ter conhecimento e todos nós aqui vamos começando a ter conhecimento. E responsabilmente vamos ter que honrar os compromissos dos eleitos locais sejam eles do nosso partido, sejam eles de outro partido. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [016](#)

“Ao ouvir as intervenções que me antecederam e porque me quero cingir unicamente à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, estive a ouvir atentamente e a tirar notas, e ao ouvir a intervenção do Dr. Raúl Martins, e porque não estive ontem, consegui hoje tirar da net, dum bloog, a intervenção do senhor Vogal Raúl Martins esta sua intervenção nesta assembleia, onde tece um conjunto de considerandos à actividade do executivo municipal que o esgotaram e esgotaram certamente de outro tipo de considerandos que poderiam produzir aqui hoje sobre este documento, nomeadamente sobre o ferry-boat. Não teve a bancada do partido socialista ontem, como não teve hoje, a postura política de dizer que essa foi uma promessa não cumprida pelos anteriores executivos socialistas. Não cumprida. Porque a promessa era adquirir e colocar o ferry-boat ao serviço das gentes de São Jacinto. Essa era a promessa. E os que aqui estão na bancada do partido socialista sabem bem disso. Como é que se pode vir dizer ontem que esta Câmara não fez nada, quando ao fim de seis as Câmaras anteriores nada fizeram em relação a esse assunto e dizer-se que esta Câmara é desonesta intelectual e politicamente. É algo que não consigo entender, nem ninguém certamente.

Mas antes de isso ainda, como é que se pode em nome da honestidade política e intelectual que esta câmara deve ter sempre e em toda a hora, como os senhores reclamavam no passado, e espero continuem a reclamar hoje, como é que se pode utilizar um documento destes a não ser que seja para utilizar também a comunicação social, como conseguiram e tem conseguido até hoje, fora exactamente da ordem de trabalhos onde ele se devia inserir. Exactamente aquilo que V. Exa. no passado sempre reclamaram.

Mais, não percebo que esta câmara (mais, não percebo o remoque que o senhor presidente faz, vá lá que é presidente em exercício) quando aqui se falou em ataque desenfreado à bolsa dos munícipes e nada disso vem na comunicação do presidente. Falou-se da tarifa da água, falou-se na tarifa da moveAveiro, falou disto e falou-se daquilo, certamente esse remoque passou-lhe. Mas deixe-me já agora dizer-lhe que esta Comunicação diz claramente pelo menos quatro ou cinco linhas estratégicas muito claras, muito objectivas muito evidentes. Só não vê quem não quer ver. Uma Património; duas Cultura, três Desporto, quatro Educação; cinco Combate ao défice. O senhor sabe disso Dr. Raul Martins e a bancada do partido socialista também sabe disso. Os Vereadores Socialistas (lembrei-me agora) nas viagens constantes entre a bancada e a mesa, na minha visão periférica entra o Dr. Marques Pereira, nunca produziram um documento de crítica construtiva apresentado a esta Câmara Municipal, porquê? Por exemplo, em termos de alterações dos tarifários o que é que o partido socialista apresentou como sugestões alternativas até hoje? Num ano, Zero! É apenas crítica pela crítica. O “bota abaixo” como os senhores diziam no passado. Zero! Sabem fazer apenas conferências de imprensa teleguiadas, telecomandadas, pura e simplesmente — é o que os senhores sabem fazer. Mais nada (ouvem-se vozes). A sua bancada que o defenda que até nisso se nota essa descoordenação. Chamam-nos a nós desconexos, chamam-nos descoordenados, chamam-nos desavindos, chamam-nos uma série de coisas, mas até nisso, na conferência de imprensa dos Vereadores não estão coordenados. Organizem-se até porque aquele senhor que chama aos Paços do Concelho a “câmara dos lordes” e à Jerónimo Pereira Campos a “câmara dos comuns” nunca foi comum, nem andou lá perto, (entenda-se comum “vereador”) nem candidato a comum que eu saiba. Nunca foi “lorde” porque ideologicamente não queria sê-lo. Mais, nunca foi “candidato a...”. Como é que pode num ponto como este que é a comunicação do presidente, falar do princípio de Peter, quando a ele se sujeitou! Foi o que foi com brilhantismo — nunca lho reconheceram porque se o reconhecessem tinham-lhe renovado o mandato. Desculpe dizer-lhe isto, nomearam o seu número dois (e sempre achei que o senhor foi um dos injustiçados e disse-lho frontalmente) e vem agora aqui falar do princípio de Peter. Digo-lhe eu, que esta comunicação que o senhor fez (e perdoem-me centrar isto no partido socialista que dizem é o grande partido de oposição) para além de Princípio de Peter para mim é lei de Murphy — sai-lhe mal Dr. Raúl Martins. Saiu-lhe mal porque tinha mesmo de sair mal. E quando assim é nada a fazer. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [02](#)

“Eu é mais para defender a consideração pessoal que a honra, porque eu não me ofende quem quer, é só quem eu quero. Só para dizer duas coisas: primeiro nunca afirmei que esta Câmara é desonesta política ou intelectualmente. São palavras suas e se calhar são palavras que vem à boca e que às vezes não se pensa ó senhor deputado. Há recalcamientos que as pessoas às vezes deixam sair sem querer.

Também gostaria de dizer que de facto (e gostaria que o negasse) que a tarifa da água permite nalguns casos aumentos de mais de 30%. O senhor acha que um aumento na água de 30% é uma coisa pouca!

Depois para lhe dizer que quem me retirou da APA não foi o meu governo, foi o seu, foi o seu governo. E depois, quando me convidaram novamente para regressar eu disse: não quero. Porque eu estou farto de perder dinheiro cada vez que vou para o sector público, estou farto de perder considerações de pessoas, prefiro trabalhar no sector privado onde me sinto muito bem, onde me realizo muito mais que no sector público, para além de das compensações financeiras — e isto digo-o em termos de IRS. O meu IRS é público, os meus documentos foram sempre depositados no Tribunal Constitucional, qualquer pessoa pode analisar e verificar que sempre que eu fui para o sector público (que não é a primeira nem a segunda nem a terceira) que o faço sempre com manifesto sacrifício financeiro dos meus vencimentos. Para acabar, só para lhe dizer, ainda o senhor andava de cueiros já eu tinha sido eleito vereador da Câmara de Aveiro. O senhor não sabe! Pois é, o senhor é muito novo. Sim vereador da Câmara de Aveiro — esqueceu-se disso. Já foi a votos muito mais vezes que o senhor e então politicamente foi sempre a votos — coisa que o senhor não fez. E nessa altura ainda o senhor andava atrás de outras pessoas.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹⁸

Vereador Nuno Marques (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Eu gostava de esclarecer o deputado que me antecedeu, para dizer o seguinte: em relação ao facto de nós não termos apresentado nenhuma proposta a este tarifário ou outros documentos que nos são apresentados, é só para referir que por norma esta Câmara oculta documentos e é opaca em relação aos procedimentos. Nessa medida nós não temos oportunidade para prestar o nosso contributo. Ainda hoje a referência que fizemos do nosso voto contra o aumento generalizado e significativo dos tarifários da moveria, nós fizemos exactamente essa referência. Há um ano e três meses andamos sistematicamente a pedir a este executivo que se agende uma reunião sobre a Move aveiro, que se discuta para além dos seus tarifários os destinos e os rumo que a MoveAveiro vai ter e nós manifestamos uma enorme preocupação de neste momento pairar a privatização sobre essa empresa municipal e ternos sido ocultado sistematicamente. E portanto, em relação a contributos (e sempre estivemos disponíveis para dar) nunca para tal fomos convidados. Era só para lhe prestar esse esclarecimento e defender a honra da nossa bancada.”

Presidente da Mesa em exercício ⁰²⁰

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰²¹

Vogal Pires da Rosa (PS) ⁰²²

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²³

“Exmo Sr. Presidente; Exma Câmara; Exma Assembleia.

Gostaria de referir conjunto muito breve de assuntos apresentados na comunicação do senhor Presidente da Câmara e relativos aos quais eu gostaria de ver respondidos alguns.

Um dos assuntos prende-se com as Jornadas da Ria, que já foram aqui referidas com alguma frequência, mas não queria deixar de salientar alguns aspectos.

Um era que eu gostava de felicitar a Câmara pela organização das jornadas. Houve quem criticasse a iniciativa da câmara por entender que deveria ser uma iniciativa intermunicipal ou pluri-municipal. Mas é absolutamente legítimo que uma câmara promova uma reflexão sobre a ria de Aveiro individualmente e reflecta a sua forma de valorização e de actuação relativamente a este ecossistema. E julgo que este exemplo deveria aliás ser replicado em outras câmaras vizinhas, se contribuir para requalificar as suas intervenções sobre a mesma e articular com as dos municípios vizinhos na sua envolvente.

Pena foi, que houvesse sessões (curiosamente com temas onde a Câmara tem maiores responsabilidades relativamente a ria como é o ordenamento do território) em que, ao contrário do que seria expectável, os membros do executivo, que deveriam não apenas fazer as honras da casa, mas, e sobretudo, aproveitar e partilhar os momentos de reflexão com aqueles que convidaram, não estiveram presentes.

Dito por outras palavras. O que aconteceu foi que a câmara convidou palestrantes e público a reflectir sobre a Ria, mas deixou-os sozinhos nessa reflexão. Foi um pouco como se um de nós convidasse um conjunto de pessoas para vir a sua casa conversar sobre um assunto que considerasse importante e os deixasse a falar sem a nossa presença. Que pensaríamos nós? Que pensariam os outros? Que não tínhamos interesse no tema? Que não queríamos saber a opinião das pessoas que tínhamos convidado? Que não queríamos corrigir intervenções? Certamente ficaríamos com várias questões e que eu julgo que foi uma pena que não tivessem sido levantadas.

Foi-me também feito chegar o desapontamento de membros dos serviços da Câmara pelo facto de não ter circulado informação para que técnicos com responsabilidades sobre determinados domínios de actuação sobre a Ria, como o planeamento e o ambiente, não terem sido convocados ou convidados a assistir. Julgo que foi uma oportunidade com um enorme potencial e consequentemente pouco aproveitado.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quais as principais ilações que este executivo tirou para se posicionar relativamente a futuras actuações sobre a Ria de Aveiro (uma vez que era esse o principal objectivo) e de que forma elas se traduzem nas Grandes Opções do plano e orçamento para 2007, que iremos discutir na assembleia e também de que forma é que elas se virão a definir no plano da estratégia de desenvolvimento territorial a definir no PDM?

Outro assunto prende-se com o PDM. Aproveitar para felicitar a Comunicação do Presidente pela informação detalhada que apresenta na comunicação sobre a elaboração do PDM. Trata-se de informação relevante e útil. Mesmo assim gostaria que me esclarecesse um pouco mais sobre o processo que está a ser seguido para a sua elaboração.

Todos sabemos que os PDM da nova geração não podem voltar a ser encarados como meros planos de urbanização, devendo incluir uma forte componente de estratégia política em prol do desenvolvimento do território e da atracção de investimentos de da requalificação da vida nas nossas cidades e nos nosso espaços menos urbanos. Os PDM não se podem mais reduzir-se à definição onde se pode ou não construir. Os PDM têm que ser muito mais e capazes de corrigir uma verdade inegável que é - o nosso território está desordenado e feio, precisa de ser qualificado. Têm também de perspectivar mecanismos para atrair investimento qualificado, por forma a tornar Aveiro mais competitivo territorial, económica, ambiental e socialmente.

É fundamental nesta perspectiva a construção para a qualidade do PDM a construção participada da visão de futuro para o território de Aveiro que integre as vertentes que referi há pouco. Esta perspectiva de visão de futuro tem de ser apresentada certamente por uma Equipa Técnica, que foi apresentada na Comunicação do Presidente, naturalmente da Comissão Mista de Coordenação, naturalmente também do envolvimento das juntas de freguesia, das associações locais e entidades diversas, mas também de um debate alargado com todos os Aveirenses, munícipes em geral, empresas municipais e também dos representantes eleitos, como nós.

Neste sentido gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me esclarecesse sobre: Qual a visão de futuro para o território que este executivo tem neste momento? Como está a ser perspectivado o processo de construção Participada da Visão de Futuro para Aveiro — e para quando um debate alargado sobre este assunto com o público? Qual o prazo que se estima para concluir o processo de revisão do PDM?

Outro assunto prende-se com o Plano de Urbanização.

É dito na Comunicação do Presidente que os serviços estiveram a dar resposta às reclamações submetidas durante o período de consulta pública do PU. Que passos se prevêem no futuro próximo e com que prazos e para quando a conclusão deste processo que já vai tão longo?

Outro assunto, ainda tem a ver com uma informação que nos é transmitida na comunicação do Sr. Presidente relativamente à “Agência Local de Energia”, criada em conjunto com o Município de Águeda. Julgo que são iniciativas de louvar e de incentivar, mas gostaria de saber em que moldes vai ser operacionalizada e financiada e de que forma os serviços da Câmara se vão envolver por forma a rever a política energética do município?

Finalmente, gostaria de colocar uma questão que tem a ver com os bilhetes pré-comprados da MoveAveiro. Eu hoje tive conhecimento de uma situação de que teriam sido substituídos o modelo anterior por este pequeno papel que aqui tenho na minha mão!?

As minhas dúvidas são as seguintes: eu entendo que a bilhetica inclui diversos factores, entre os quais as questões financeiras do operador, mas compreendo também as do ponto de vista do utente, a precariedade ou não do material, a facilidade ou não em que ele é falsificável (e podemos comparar um documento com outro) — e eu gostaria de saber o que é que a Câmara tem a dizer sobre isto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰²⁴

“Senhor Presidente, Senhores deputados, obrigado pelas questões que colocaram, vamos ver então todos se esclarecemos algumas dúvidas aqui suscitadas. António Regala, concordamos com algumas preocupações que aqui nos foram colocados, nomeadamente à manutenção de passeios e de pequenos espaços. É uma área onde temos de melhorar e onde estamos naturalmente disponíveis para melhorar. As questões financeiras o Dr. Pedro Ferreira irá responder.

Dr. João Carlos Valente, em relação à SCUT o Presidente da Câmara tomou uma posição em relação ao portajar da A17 e levou o assunto à reunião de Câmara. Na sequência disso solicitámos ao Senhor Ministro informações pormenorizadas sobre o assunto, nomeadamente que nos facultasse cópias dos relatórios que suportaram essa decisão Estado. Aguardamos que nos cheguem esses relatórios para tomar posição.

Em relação às freguesias o Dr. Pedro responderá. Estrada Nova do Canal o Eng. Carlos Santos irá averiguar o que se passa.

Senhor Orlando Terra Sêca. Obrigado pela negativa ao documento e pelas palavras que expressou quanto à Pista de Remo.

Jorge Afonso, daquilo que me foi possível registar, penso que não falhará muito. Quanto ao mau estado das ruas do concelho, especialmente fora do centro urbano, não é necessário sensibilizar-nos para isso. É um problema grave, nomeadamente em Cacia e em outras freguesias — o Senhor sabe qual é o problema que nos impede de resolver isso. Quanto à Agência Local de Energia (é uma questão que diversos deputados colocaram) o que aconteceu foi que aproveitámos um período de candidatura que estava aberto para apoio à criação de agências locais de energia e em parceria com a Câmara de Águeda pareceu-nos oportuno avançar com essa candidatura. No fundo, como sabem, estão em causa as energias alternativas, que vai ser a energia do futuro. E aqui o que nós fizemos foi criar as condições e potenciar as mais-valias que nós temos aqui no nosso concelho.

Quanto ao programa SoRia a equipa que organizou, que preparou todo aquele projecto está a encerrar as conclusões está a ter contactos com todos os palestrantes e participantes de forma a que as conclusões do encontro que foram importantes, acredito que as conclusões do SoRia venham a ser importantes para o futuro da Ria. A Ria como sabem está há seis anos a

saque, está abandonada, e é importante, é obrigação de todos reflectir, pelo menos reflectir sobre esta questão e tomar decisões quanto ao futuro.

Quanto às actividades culturais, sociais, recreativas, no site da Câmara estão neste momento disponíveis para consulta pelas pessoas.

Quanto às limitações (estou ainda a responder ao deputado Jorge Afonso) nas freguesias de Esgueira e Cacia, com o empenho, com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta, temos mantido toda a pressão porque é também muito importante para nós.

Quanto ao ex-centro de saúde mental de São Bernardo, quanto à questão da perspectiva imobiliária que se coloca, a ideia é que naquele espaço a Câmara possa cumprir com os seus compromissos, com os compromissos que assumiu ao longo dos anos sem despende um cêntimo. Em termos finais a ideia é que se rentabilize aquele espaço todo de um lado para que do outro lado a Câmara possa cumprir compromissos que ao longo dos anos foi assumindo.

Quanto à REFER. Tenho continuado as reuniões com a REFER, acredito que em breve nos possamos entender. Há questões de valores em cima da mesa muito elevados, que tem possibilidade esse entendimento acredito que em breve venhamos a conseguir.

Quanto à questão que colocou ontem. Só para esclarecer isto: porque fazemos sempre esta confusão e depois “eu não percebo” e aproveitamos sempre isto. Eu já esclareci isto. É uma questão de princípio e na vida nós regemo-nos por princípios. O período de antes da ordem do dia, regimentalmente, legalmente, é para se colocar questões que de alguma forma não se integrem nos outros pontos da ordem do dia. Mas o drama maior ainda é este: além da questão legal, é a questão de que há senhores deputados que têm em atenção a esse facto e que no período de antes da ordem do dia não colocam as questões e aguardam para a outra reunião. Também por respeito a eles, nós não fugimos à resposta porque todas as vezes que isto aconteceu, nós o que dizemos é assim: não dizemos que não queremos responder ou leiam na comunicação que está lá, nós dizemos é estes pontos inserem-se noutros pontos da ordem d trabalhos e quando chegamos a outro ponto esclarecemos. O caso que colocou da proposta que fez da demissão do Dr. Jorge Greno. É só para expressar a minha total solidariedade para com o Dr. Jorge Greno pelo trabalho que tem feito em todos os pelouros que é responsável. Na linha do que é feito por todos os senhores vereadores que estão a trabalhar com toda a dedicação e com todo o entusiasmo para a população de Aveiro. Por isso considero que foi insensata e que foi inoportuna a proposta que ontem fez de pedir a demissão do Dr. Jorge Greno.

Dr. Jorge Nascimento. Agradecer a preocupação que trouxe de captarmos investimento para Aveiro. É fundamental que se crie riqueza económica e que ela proporia crie riqueza social. Riqueza económica não terá tanto a ver connosco, não temos dúvida nenhuma que na riqueza social temos que nos empenhar para que ela surja. Ainda na semana passada estivemos em Lisboa na agência nacional para o investimento a criar condições para a vinda para Aveiro de um investimento superior a 100 milhões de euros para que possa vir e poderá criar mais 300 postos de trabalho. E esta é que será a aposta, a de criar mais postos de trabalho, nomeadamente para que os jovens possam ter melhores perspectivas de futuro.

Dr. Jorge Nascimento, ontem ficou também por responder da eventual saída da Direcção de Finanças de Aveiro. Foi uma questão que levantou e que apelou ao empenho e ao interesse que a Câmara deveria ter. Só para lhe dizer que hoje mesmo tivemos uma reunião com o senhor director de finanças de Aveiro com quem analisámos e aprofundámos o assunto e fica aqui a promessa de que iremos continuar a acompanhar como é nossa obrigação porque é importante para todos nós.

Dr. João Pedroso. Muito obrigado pelas palavras proferidas enquanto à Bienal de Arte Contemporânea e à Pista do Remo. Quanto à não resposta das questões colocadas eu já há pouco referi isso. Eu penso que se terá havido aqui alguma questão que tenha ficado sem

resposta não é com intenção. As respostas nós procuramos dá-las todas. Pode haver falhas, mas não há intenção premeditada de fugir ou de esconder ou de não responder. Em relação à Universidade de Aveiro e à proposta. Este executivo tomou a iniciativa de oportunamente contactar a Senhora Reitora e manifestar-lhe o gosto e o interesse que todos teríamos (pelo menos da parte do município haveria) em que se estreitassem as relações com a universidade e que pudessem regularmente reuniões ao mais alto nível. É isso que tem acontecido regularmente, temos falado, já temos o levantamento de todos os assuntos pendentes que ao longo dos anos foram ficando pendentes nesse relacionamento entre a Câmara e a Universidade e acredito muito que esta parceria é positiva para todos. Há questões onde a Universidade é fundamental, há questões onde a Câmara é indispensável. Tem havido um bom relacionamento e fazemos questão de que se estreite ainda mais e faremos tudo nesse sentido porque é nossa obrigação. Bem, não sei se ficou alguma questão em aberto.

Dr. Raúl Martins, quanto ao Rio Novo do Príncipe e “quanto à insensatez do senhor Presidente da Câmara”, eu penso que não seria sensato da minha parte comentar essa afirmação — pelo menos uma vez estarei a ser sensato, vai ter de reconhecer. Eu aprendi com a vida e foi a vida que me ensinou que quando alguém nos faz chegar uma mensagem, boa ou má, devemos antes do mais analisar o conteúdo, mas verificar quem foi o emissor da mensagem. Isto, porque o mesmo conteúdo dito por pessoas diferentes pode ter valores muito diferentes. E foi isso que aconteceu ontem quando o ouvi com todo o interesse como é meu dever, com a comunicação com que nos presenteou. O conteúdo dessa comunicação se tivesse sido proferido pela maior parte dos membros desta Assembleia teriam-me deixado triste, preocupado — o que não foi o caso. E não foi o caso porque já uma semana antes de tomar-mos posse, de iniciar-mos o nosso mandato já o Dr. Raúl Martins dizia nos jornais “estão já a começar mal” — ainda faltava uma semana para começar-mos!? Agradeço que confirme que é verdade. Pouco tempo depois, na entrevista que deu após a nossa tomada de posse era já um himalaia de críticas que o senhor formulava à nossa gestão. Só havia defeitos, só havia erros. Ou era porque não fazíamos ou era porque aquilo que fazíamos era mal feito. Isto significa que se oito dias antes de tomarmos posse já estávamos a gerir mal o senhor vai ter de andar sempre durante todo este mandato, nas suas intervenções, até por coerência a esta linha de pensamento — e todos percebemos porquê. Não há aqui ninguém que não perceba, os adjectivos da comunicação que ontem aqui foi produzida, não há aqui ninguém que não perceba. O Dr. Raúl Martins é o Presidente do Partido Socialista em Aveiro, trata-se do principal partido de oposição que aqui está. E faz parte da nossa tradição que quem é oposição diga mal de quem está na Câmara. É tradicional e penso que até normalíssimo essa tradição política (Senhora Presidente eu gostava, porque ouço as pessoas todas com respeito, que tivessem o mesmo respeito para comigo). Porque no fundo o que se pretende, o que é normal em democracia é criar desgaste, é criar divisão é criar fractura, é criar situações para quê? É para fazer passar a través da comunicação social uma péssima imagem de quem está a governar para quê? Não há nada de especial nisto. Para que nas próximas eleições o leitorado, neste caso. Mude de sentido de voto e vote noutras pessoas. É isto que se pretende e nada mais do que isto. Portanto isto insere-se no normal da luta política ou partidária — e até fica bem a quem é Presidente do maior partido da oposição defender dessa forma os interesses do partido que representa, até porque sei que não se irá esquecer, como é óbvio e desejável, de incluir os interesses dos aveirenses e de Aveiro.

Apenas duas notas em relação à comunicação produzida para esclarecer estes dois pontos.

Quanto à disputa da liguilha que estaríamos a disputar com a Murtosa, com Oliveira do Bairro e com a Gafanha. Aveiro está a disputar um campeonato, mas não está a disputar um campeonato distrital, Aveiro está a disputar um campeonato nacional. E, Murtosa, Oliveira do Bairro e todos esses concelhos não são nossos adversários. São nossos amigos, fazem

parte da nossa equipa, são nossos parceiros. E gostei muito de ver na Assembleia Distrital de Aveiro, todos os municípios a estarem do lado de Aveiro e a defenderem Aveiro. E gostei de ver todos os Presidentes de Câmara que estão na GAMA, que são aliados, são amigos, que estão connosco, e assim é que se consegue com esta força e com este peso, gostei de ver na reunião com o Senhor Ministro, a defender a instalação do TAF em Aveiro — e isso é importante. Nós estamos a disputar uma prova nacional, e com esta equipa nós temos mais hipóteses de triunfar.

Segunda nota. Só para esclarecer um ponto que é o seguinte: por muito que me queira fazer mudar de opinião, por muito que discorde, por muito que diga mal, para mim (e falo em termos pessoais) há uma coisa sagrada que procurarei respeitar sempre e o mais possível que são os cidadãos. E aqui incluo as Juntas de Freguesia e as Associações. O Senhor tem o direito de discordar deste facto, tem direito de discordar que o actual presidente da Câmara esteja disponível, como está, para receber os cidadãos, mas garanto-lhe que enquanto estivermos na Câmara isso não irá mudar. Enquanto cá estivermos os aveirenses irão continuar a contar com um Presidente e uma Câmara que os recebe, que fala com eles, que dá a cara, que assume as suas responsabilidades, que cumpre a sua obrigação de procurar solução para os seus problemas. E quando o fazemos como temos feito, estamos apenas a cumprir a nossa obrigação. Foi para servir os aveirenses e para estar ao seu dispor que nós fomos eleitos.

Dr. José Costa, PU. No dia quatro de Janeiro está marcada uma reunião com todos os técnicos, entidades e instituições, que pensamos ser a final em termos de dentro da Câmara. É um processo com onze anos. Está aqui atrás o Professor Celso que aprovou a realização desse plano, que se vem arrastando há onze anos e que gostaríamos muito que tivesse um encerramento para breve.

Dr. Manuel Coimbra, quanto à questão do Remo, obrigado por essa força que nos deu. É desse espírito forte que nós precisamos neste momento em que estamos a avançar com aquele projecto e para o concretizar.

Quanto ao Beira Mar. O Senhor Presidente do Beira Mar, numa entrevista muito recente, penso que no passado fim-de-semana, afirmava que não se fazem morcelas sem sangue. E disse-o bem. Porque este pensamento aplica-se ao Beira Mar, a toda a gente, e a todas as situações — e não é só naturalmente ao Beira Mar. Porque foi dito que o Beira Mar terá morcelas, mas falta-lhe o sangue. Mas há quem esteja pior que o Beira Mar. Há quem não tenha nem sangue nem morcelas, como é o nosso caso. E se já é difícil fazer morcelas sem sangue, imaginem o que é fazer morcelas sem sangue e sem morcelas.

Reconheço que no passado houve muitas e muitas promessas de dar ao Beira Mar muita morcela e muito sangue. Foi prometida uma sede nova, mais um pavilhão novo, mais a construção de novos campos de futebol, mais quinhentos mil euros todos os anos durante vinte anos, mais quinhentos mil euros todos os anos para a actividade do clube, mais o pagamento das obras feitas pelo Beira ar no antigo estádio. A isso podemos chamar muitas coisas. Pode ser um gesto de elevada sensibilidade de quem gosta muito de futebol, mas também pode ser um gesto de muita irresponsabilidade ao assumir este tão alargado conjunto de compromissos que são quase impossíveis de cumprir. Assumir compromissos destes para vinte anos, desculpem que vos diga, não é sério. Assumir compromissos desta natureza para um espaço temporal de vinte anos, não é sério em parte nenhuma do mundo.

Assim como não é sério deixar os cerca de duzentos cinquenta milhões de euros de dívidas, deixar esta montanha de compromissos assumidos e aparecer agora candidamente a dizer que é uma vergonha não cumprirmos com esses compromissos.

Vamos ser sérios, vamos ser razoáveis e não vamos exigir impossíveis. Não esquecendo aquela frase do senhor presidente do Beira Mar “não se fazem morcelas sem sangue”.

Diogo Machado. É sempre um encanto ouvi-lo Diogo Machado. Só tem dois inconvenientes falar depois do Diogo Machado, é que já fica pouco para dizer e nunca será feito com a eloquência que o caracteriza.

Quanto ao ocultar por norma documentos por parte do executivo, quero aqui dizer que quando essa afirmação injusta, grave e falsa. Não há aqui ninguém que tenha solicitado um documento à Câmara e que intencionalmente não lhe tenha sido dado, fornecido ou prestado.

Dr. Pires da Rosa. Quanto ao edifício da EPA, não sei se conhece bem o processo, do que está ali em causa? Em termos sumários só dizer que o edifício é propriedade da Direcção Geral do Património. O valor que a Direcção Geral solicita pelo edifício é exorbitante. Nós propusemos (e essa proposta está lá já) face ao valor e face a nós podermos participar nesse negócio propusemos que a Direcção Geral realiza-se uma hasta pública e aí quem quisesse apareceria para comprar. Pedimos também autorização, para com a morosidade que estes processos têm, para que fosse autorizada a demolição do edifício, aguardamos resposta nesse sentido. Há ali um problema grave no processo. Aquilo que está ali a dificultar o andamento é um processo pouco esclarecido de quando o processo passou pelas Finanças, mas são questões que tem a ver com o próprio procedimento do Estado. Mas isto transporta dificuldades a intervir como o edifício do estado. Mas de qualquer das maneiras nós estamos alertados pelos vizinhos lá ao lado e vamos ver se conseguimos ali minorar a situação grave que ali está que é muito preocupante.

Dr.ª Teresa Fidélis. Jornadas da Ria. Já falámos sumariamente disso, eu assumo aquela falha de não presença do executivo em todas as acções. Mas como compreende com aquilo a decorrer e mais outras coisas era humanamente impossível estarmos em todo lado. Mas é uma falha temos o dever de estar, temos essa obrigação, temos de assumir. As conclusões estão a ser elaboradas, com tempo, com paciência, por quem sabe. Tem havido encontros com técnicos do Ministério do Ambiente para que a conclusão não seja só um documento que sai e depois fica tudo na mesma. Esperemos que seja mais do que isso, para que haja um envolvimento prévio das entidades, para que aquilo que se venha a concluir publicamente o documento, seja algo já assumido pelos próprios intervenientes para que advenha daí alguma resolução.

Quanto ao PDM o processo está no seu início, com aquelas morosidades conhecidas. Só para dar uma ideia, penso que já aqui falámos nisso, mas aquilo que entendo penso temos que mudar ao nível legislativo em Portugal. A constituição da Comissão Mista de Acompanhamento que foi acordada já há dois anos entre a CCDR e a Câmara demorou um ano e um mês para ser homologada pelo Senhor Secretário de Estado. Esteve constituída durante um ano e um mês à espera dessa assinatura.

É um documento importante para o futuro de Aveiro e para todos nós. É um documento decisivo para o futuro de Aveiro. É importante que a sua construção seja participada, que se participe e gostaria até de partilhar algumas ideias com a Prof. Teresa Fidélis, para amadurecermos a ideia e criarmos mais riqueza em torno dum documento que é fundamental para todos nós. Muito obrigado.»

Vice-Presidente da Câmara ²⁵

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores deputados. Vai-me ser dada a possibilidade de falar um pouco sobre o mercado Manuel Firmino correspondendo ao apelo dos senhores deputados. O objectivo da minha intervenção não é desacreditar o mercado Manuel Firmino, mas é valorizar porque eu penso que é um grande mercado e vai ter condições para ser um grande mercado. Nós há dias dizíamos que este mercado em termos ocupacionais vai ser completamente diferente do outro mercado. Vou tentar explicar isto para que as pessoas entendam. Há quem diga que o mercado está fechado há seis ou sete

meses — quem diz isso não sabe o que está a dizer. Porque é sabido que a Aveiro Polis nos fez o termo de entrega do Mercado em finais de Outubro deste ano. Portanto o mercado não está parado há seis ou sete meses, nada disso corresponde à verdade.

Nós temos tido algumas dificuldades com o Mercado, mas eu penso que qualquer pessoa que estivesse no nosso lugar também as teria porque o problema não é fácil. Em termos ocupacionais o mercado tem lugar para 114 operadores. O anterior mercado tinha lugar para 330 operadores. Estamos a falar duma diferença grande de pessoas, pessoas essas com as quais se teve que conversar, se teve que pacificar, se teve que acalmar.

Tenho ainda de vos dizer que há um protocolo «estabelecido com o anterior executivo, que são daqueles protocolos que nós agora andamos a dar a pessoas de Direito para verem como é que estes protocolos são feitos e como é que tudo isto funcionava. Vou ler-vos só duas cláusulas desse protocolo para verem das dificuldades que nós temos por causa das expectativas que foram criadas às pessoas. Uma diz assim «o retorno dos actuais comerciantes ao edifício do mercado Manuel Firmino, que se concretizará independentemente de qualquer ajuste que se venha a revelar necessário em função da identificação daqueles que se venham a confirmar o interesse no seu retorno, sem que os mesmos tenham de participar em qualquer procedimento concursal, sem encargos e sem prejuízo do pagamento das taxas que forem devidas pelas ocupações dos espaços.» Foram estas e outras. «envidar todos os esforços para que se verifique isenção ou dispensa de taxas devidas por ocupação do mercado Manuel Firmino durante o período de um ano após a transferência para o novo mercado». Portanto, depois dizem que nós andamos a complicar o mercado. Neste momento já se sabe quem vai para o Mercado, já se sabe quem vão ser todos os utilizadores do Mercado e nós não sentimos essa pressão dos utilizadores do mercado. Sentimos pressão é de outras pessoas, de quando é que o mercado abre, por que é que não abre já, não é.

Em relação ao parque de estacionamento. Pode abrir antes do final do ano, no início do ano vai abrir com certeza porque já está todo equipado e vai funcionar. Nós somos de opinião e temos discutido isto em termos de executivo, que o mercado não deve abrir por partes. O mercado era bom que abrisse no seu todo. Mas é evidente que o parque de estacionamento vamos abri-lo o mais depressa possível. E a nossa ideia é alinhá-lo pelo tarifário do Fórum para não fazer concorrência com o Fórum. Nós estamos a falar de cerca de 110 lugares de estacionamento. Gostaria de vos dizer que temos dificuldades com o licenciamento dos talhos. Ainda esta semana recebemos o parecer da Delegação de Saúde a aprovar os Talhos mas a levantar algumas dificuldades. Eu creio que a questão do mercado Manuel Firmino está mais ou menos esclarecida. Eu creio que nós vamos ter um mercado excelente.

Em relação a algumas outras questões que aqui foram ditas, o senhor Presidente a algumas já se referiu, como só ele sabe.

Em relação ao António Regala eu gostaria de lhe dizer que nos preocupamos em tapar buracos no dia-a-dia, só que eles são muitos. Também do alerta que nos tem dado, nós procuramos corresponder e ter isso em consideração.

Eu gostava de reflectir um pouco sobre um problema que o Dr. Pires da Rosa levantou, que é uns vereadores estarem nos Paços do Concelho e outros estarem no Centro de Congressos.

Quero dizer-lhe que não valorizo muito isso da distanciação física, não valorizo muito. Por exemplo, o meu gabinete está sempre ao dispor deles. Essas diferenças e essas questões que tentam levantar entre nós, não sei. É evidente que as pessoas não são iguais e têm estilos diferentes, mas há um respeito mútuo e um entendimento mútuo. E portanto eu só queria dizer isto e por agora é tudo.”

Vereador Jorge Greno ⁰²

“Senhores deputados, boa noite. Relativamente à intervenção de ontem do senhor deputado Jorge Afonso tenho a seguinte declaração a fazer. O deputado do Bloco de Esquerda fez ontem algumas afirmações relativamente à política desportiva no concelho de Aveiro que merecem ser comentadas, pois demonstram, no mínimo, ignorância relativamente à situação real.

Baseando-se na decisão tomada recentemente na Assembleia Geral da Aveiro Basquete SAD, que apontou para a dissolução daquela sociedade, o Bloco de Esquerda referiu nomeadamente o abandono a que a CMA votou as instalações desportivas do concelho.

A título de exemplo demonstrativo da falsidade destas afirmações, podemos referir as intervenções efectuadas recentemente no polidesportivo da Bela Vista e a substituição de balizas por modelos homologados e devidamente instalados nos polidesportivos do Parque da Balsa, do Parque Infante D. Pedro ou da Quinta do Griné. A Divisão do Desporto acompanha igualmente projectos de urbanização onde estejam previstos equipamentos desportivos, tentando que o investimento efectuado seja útil não só para os beneficiários imediatos, os moradores da zona, mas também de forma a que a rede de equipamentos desportivos seja integrada e complementar.

No final do mandato certamente que todos poderão comprovar o estado de conservação e a qualidade dos equipamentos desportivos no nosso concelho.

Relativamente à situação da Aveiro Basquete, todos os comentários foram aparentemente baseados naquilo que foi escrito na comunicação social relativamente a este assunto, não tendo nunca o Bloco de Esquerda procurado contactar comigo para esclarecer qualquer dúvida, ao contrário do que alguns dos seus elementos já souberam fazer para tratarem de assuntos relativos ao meu pelouro. Acresce que sobre este assunto não prestei qualquer declaração à comunicação social, pelo que as notícias que surgiram na imprensa são da exclusiva responsabilidade de quem as publicou.

Quanto à questão ontem levantada, e que é se a CMA vai ou não assumir a totalidade da dívida daquela sociedade, aquilo que sempre foi afirmado foi que a CMA assumirá as suas responsabilidades no processo. Se a administração da sociedade sempre foi exercida por representantes da CMA, se sabemos que os clubes accionistas foram sempre, no mínimo, desinteressados, será que a função social da CMA não abrange o apoio a este tipo de situações, quando falamos de instituições de utilidade pública e que muito têm dado ao concelho de Aveiro? E não deverá também a CMA salvaguardar a situação pessoal daqueles que exerceram funções na administração da sociedade, quando indicados por esta?

Só para lembrar algumas memórias mais esquecidas, eis alguns dados da evolução contabilística da Aveiro Basquete

	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006
fst	458,481.66 €	369,958.07 €	267,359.76 €	147,103.42 €	250,831.42 €
pessoal	619,423.83 €	590,261.03 €	291,356.90 €	199,583.17 €	193,344.23 €
juros	40,573.85 €	28,549.42 €	18,008.02 €	69,307.52 €	14,390.59 €
outros	29,495.34 €	62,309.50 €	49,104.56 €	81,223.22 €	91,758.27 €
result liq	- 147,778.42 €	- 664,015.46 €	- 60,658.62 €	9,147.15 €	- 11,623.55 €
total	1,000,196.26 €	387,062.56 €	565,170.62 €	506,364.48 €	538,700.96 €
vendas	971,330.10 €	337,463.61 €	540,534.63 €	451,647.44 €	497,147.44 €
outros	28,866.16 €	49,598.95 €	24,635.99 €	54,717.04 €	41,553.52 €
total	1,000,196.26 €	387,062.56 €	565,170.62 €	506,364.48 €	538,700.96 €
r op	- 122,937.34 €	- 625,650.37 €	- 35,769.03 €	85,479.09 €	76,934.48 €
r fin	- 39,743.06 €	- 25,300.57 €	- 13,740.45 €	- 14,032.68 €	- 66,416.78 €
r corr	- 162,680.40 €	- 650,950.94 €	- 49,509.48 €	71,446.41 €	10,517.70 €

Referiu também o Bloco de Esquerda na sua intervenção críticas à política desportiva da CMA, nomeadamente quanto ao Estádio Municipal. Este investimento foi aprovado pela CMA e AM por unanimidade, pelo que voltar a referir esta situação não altera a realidade.

O estádio existe, é uma realidade, está construído e há que tentar, face às dificuldades que aquele projecto coloca na prática, e tentar rentabilizá-lo na medida do possível. E se os senhores deputados quiserem fazer uma visita ao estádio e verificarem os condicionalismos, aqueles que não conhecem, quando quiserem digam que teremos todo gosto em mostrar-vos o estádio e os problemas operacionais que aquele estádio tem. A construção se tivesse corrido de outra forma provavelmente não aconteceria o que aconteceu. Mas está lá, é como, e aquilo que temos é de tentar rentabilizar da melhor maneira possível.

Para finalizar, Este executivo lidará com estas duas situações de uma forma que os anteriores executivos nunca conseguiram fazer. Fomos eleitos para decidir e é isso que estamos a fazer.

Relativamente às intervenções de hoje dos senhores deputados. O Dr. Jorge Nascimento falou da Aveiro Digital e do eventual apoio que os projectos da Aveiro Digital possam dar aos investidores que queiram vir para a região de Aveiro. Aproveito para anunciar que a partir de amanhã está disponível o novo site da Câmara, que terá conteúdos muito mais alargados nomeadamente, nas áreas de Protecção Civil, da Cartografia, bastante melhorados em relação ao que estava e é um processo de constante melhoria e para o qual contamos com as vossa críticas. Portanto a partir de amanhã usem e abusem, critiquem, sugiram, porque só assim podemos melhorar o nosso site.

Relativamente aos horários dos bares e da animação urbana. Quanto aos horários dos bares terminou agora o período de consulta pública e iremos analisar toda a documentação que deu entrada na Câmara, para ver se na próxima assembleia estaremos em condições para discutir esta temática. Em relação à animação urbana é uma área transversal a toda a cidade. Passa pela Câmara nomeadamente pela acção cultural, passa pelos proprietários dos bares, pelas juntas de freguesia. Nós não temos o poder da certeza absoluta. Todos os contributos serão analisados e juntos podemos fazer uma animação urbana que seja também factor de atractividade para o concelho de Aveiro.

Relativamente aos protocolos com o Beira Mar o Senhor Presidente já referiu o que achou por bem referir.

Para terminar contestar veementemente as afirmações do Vereador Nuno Marques Pereira, e para isso, informo a Assembleia de que relativamente à reunião extraordinária de Câmara que decorreu hoje, foi enviado pelos serviços da Câmara no dia 21 de Dezembro às 14:50 horas, por e-mail, para todos os senhores Vereadores a agenda da reunião e a proposta do tarifário da MoveAveiro. A reunião foi a 27. Tudo bem que houve as festas natalícias, mas foram seis dias desde a convocatória até à reunião.”

Vereador Pedro Ferreira: ⁰²⁷

“Relativamente a algumas questões que foram colocadas e que dizem respeito a alguns pelouros que eu estou a trabalhar, questões colocadas pelo deputado Regala, transmitir-lhe o seguinte: se eu fosse ouvir aquilo me tinha dito inicialmente, que só falam de dívidas, hoje deveria estar calado porque as questões que colocou foram quase todas só sobre dívida. Mas eu respondo. Em relação à despesa de capital. Estamos no bom caminho, estamos a reduzir as despesas de capital procurando no futuro menos encargos financeiros.

Depois há aqui uma questão que é a primeira vez que ouço, mas também há sempre uma primeira vez. Que é de nós empolarmos a despesa!?! Não sei como é que isso é possível, mas fiquei com essa afirmação.

Em relação ao saldo da Câmara em relação às freguesias. Nós salvo uma situação em concreto de uma Junta, o valor que destinámos inicialmente para 2006 foi concretizado na sua totalidade. Há depois alguns subsídios extraordinários em relação a algumas situações mas isso são acordos diferentes, algumas coisas já foram pagas e outras estão a ser pagas.

Mas relativamente aquilo que foi definido em termos orçamentais em 2006, tudo foi pago. Em relação ao ferry-boat. A reparação do ferry-boat custou 354 mil euros, Quanto aos problemas que terá tido não são do meu conhecimento. O único problema que se julgava ter era no contador do gasóleo, porque aquilo está a gastar menos o que é um bom sinal. O único problema que se colocou foi com uma embarcação da Transria e também com uma do exército.

Quanto aos horários dizer-lhe o seguinte. Aquilo que está previsto é de facto e é nosso entendimento, é que o ferry-boat funcione nas horas de ponta e portanto funcionará nas horas de pico. Em relação ao número de funcionários aquilo que temos definido com a capitania são quatro, havendo necessidade de contratar mais uma pessoa para este serviço.

Em relação aos valores do tarifário ainda não estão definidos por causa destas duas problemáticas. Não há intenção da Câmara de subsidiar a parte do transporte automóvel. A subsidiação da Câmara será sempre para pessoas e não automóveis. Em relação ao funcionamento neste momento estão a decorrer obras no terminal do Porto de Aveiro (ouvem-se vozes). Houve alguns problemas com o Porto de Aveiro quanto às dragagens, foi informação recolhida junto do próprio Porto de Aveiro. Estão a ser desmontados um terminal onde depois irá atracar o ferry-boat e portanto isso demorará cerca de dois meses, no terminus global não há previsão ainda concreta.

Em relação à ERSUC, eu como membro do Conselho de Administração, dizer que foi entregue uma listagem com a relação de todos os ecopontos no concelho de Aveiro, para se começar a instalar mais ecopontos. Relativamente aos contentores isso é uma responsabilidade da SUMA.

Em relação às vendas de terrenos uma pequena correcção. Não são três terrenos do Plano de Pormenor do Centro. São dois do Plano de Pormenor do Centro e um das Azenhas de Baixo. Dos do Plano de Pormenor do Centro é quatro milhões e cem mil euros, dos quais a Câmara tem um ónus para com a banca no valor de cerca de quatro milhões. Portanto o que sobra daí são cem mil euros e mais quatrocentos mil do outro terreno que não continha ónus.

Relativamente aos aumentos nas águas e na MoveAveiro, colocados pelo Dr. Raúl Martins. O senhor deputado aproveitou para fazer um bocadinho de demagogia, mas ultrapassemos essa parte. Falar de IMIs e Derrama, quando se fala de águas e de Transportes, não tem tudo a ver. Mas transmitir-lhe o seguinte: o senhor com certeza fez as contas, mas há claramente algumas diferenças de análise. Os senhores com certeza não têm a noção que em Aveiro se subsidia o consumo da água em 80%. Isso não me parece que deva ser uma condição social no município de Aveiro. Duas coisas que reflectem o aumento da água. Foram feitos dois ajustamentos em termos de tarifário. A alteração das tarifas deve-se exactamente a um estudo que foi feito pela AMria no âmbito da mesma, para fazermos uma harmonização prometida por todos Presidentes de Câmara da mesma Associação. O que se prevê é uma alteração gradual até chegarmos aos escalões definidos por esse estudo. Esse foi o primeiro passo. Obviamente que sabíamos que haveria uma alteração para os consumidores. Nesse sentido reduzimos as taxas nos escalões à excepção do primeiro escalão que se manteve exactamente na mesma. A segunda alteração que foi significativa não fui eu que assinei, foi um senhor Presidente do Partido Socialista (tem de ser referido), o Presidente da Câmara anterior que assinou um contrato com a SIMRIA que tem de ser cumprido. E esse contrato com este aumento de tarifário que foi também feito pelo estudo da AMria não paga 60% do custo desse serviço.

Em relação aos tarifários da MoveAveiro, passando a parte da ocultação que é sempre engraçado isso – e isso será sempre discutido em reunião de Câmara, porque as pessoas tem de ser chamadas à atenção por algumas afirmações que fazem, dizer o seguinte: os tarifários (e penso que o senhor não deve ter lido os tarifários), há tarifários que sobem de facto bastante, sobem todos eles abaixo da subida de combustíveis durante este ano. Mas mais, aquelas tarifas que põem, que são os estudantes e idosos, sobem abaixo da inflação. Isto para que o senhor tenha noção daquilo que proferiu, quando veio com a demagogia de que estamos a roubar aos pobres. Em relação à Derrama e ao IMI não entendo onde é que estamos a roubar aos pobres. Muito obrigado.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰²⁸

“Muito boa-noite. Agradeço as palavras do Dr. Pedroso, em relação à génese desta grande centralidade que pretendemos de Aveiro, a terceira centralidade nacional na Arte Contemporânea. De facto vivemos uma situação inédita e mesmo histórica em termos de Aveiro. Recordo que temos da Arte Contemporânea exposto na Estação de Aveiro, e a I Bienal de Arte expostos em quatro locais municipais designadamente: Museu da Cidade, neste espaço, a Galeria dos Paços do Concelho e a Galeria dos Morgados da Pedricosa e temos também o Teatro Aveirense onde está sedeada o acervo da Arte Contemporânea da Portugal Telecom. Com isto julgamos que de maneira irreversível vamos conquistar, com um verdadeiro plano e uma verdadeira estratégia, aquilo que com convicção designamos como a terceira centralidade nacional de Arte Contemporânea. E tanto é importante este fenómeno de Arte Contemporânea de um modo geral, que julgamos que a Cultura cada vez a devemos ver do lado das receitas e não do lado da despesa. Porque os estudos aduzem que o investimento na Cultura é reprodutivo em termos da própria economia e seguramente que a centralidade da Arte Contemporânea trará a centralidade que pretendemos e o cosmopolitismo que pretendemos para Aveiro.

No que diz respeito a parcerias com a nossa UA, com a nossa universidade, no sector específico de Arte e Cultura, apenas iria citar: Fábrica da Ciência Viva, protocolo; Orquestra das Beiras fazemos parte da Direcção conjunta; Festivais de Outono fomos parceiros; projecto de Arte Contemporânea o acervo do Ministério da Cultura é em parceria com a Universidade; protocolámos uma agenda cultural concertada entre as entidades; projecto de academia de Arte Digital em parceria com a Universidade; cedência das mais diferentes instalações para eventos comuns ou da própria UA designadamente a nível dos auditórios municipais, etc. etc. A lista seria mais exaustiva mas apenas para referir aqueles que de repente aqui descrever. Estamos de facto num trabalho de parceria e de concretização com a universidade de Aveiro e com a Fundação Jacinto Magalhães, instituições essas que são relevantes e importantíssimas para o êxito concertado que pretendemos para a nossa região.

Iluminações de Natal. Foi a primeira vez que fizemos um protocolo entre a CMA e a ACA em que grosso modo há uma transferência de uma verba (este ano foram 75 mil euros) em que há iluminação de artérias comerciais na cidade onde os comerciantes se organizam em comissão de rua e contactam previamente a ACA no sentido de ser assegurada a participação necessária para cobrir a verba. E essa participação vem desta parceria com a ACA. Mas por outro lado, este ano, o que resolvemos deste bolo total de 75 mil, foi afectar 46 mil euros, mais de metade da verba à compra de material e equipamento com vista à iluminação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e edifícios mais emblemáticos e sobretudo as pontes e os canais, que nós julgamos ser a singularidade da água. Isto é, vamos fazer compras de natal no comércio tradicional em Aveiro porque vemos a água iluminada. É o apostar naquilo que nos pode ser singular na iluminação natalícia. Também outro headline que tentámos este ano iniciar que é o roteiro dos presépios. E este material e equipamento

que serviu para iluminar, que foi adquirido com os setenta por cento da verba, faz parte do município, é cadastrado pela nossa Divisão de Património e ficará parte significativa dele no respectivo local. Isto vai permitir que no próximo natal que outros eventos já não haja necessidade da compra e parte dele nomeadamente pontes e canal, fica ali para próximos eventos que ocorram.

A questão da árvore de natal é muito simples. São 25 mil euros só para a sua montagem. O que significava cerca de 1/3 rigorosamente da verba. Não temos nada contra a árvore de natal, temos é que 67% da verba para equipamento que vai ficar e com os outros 33% serviram para iluminar as ruas comerciais. Ainda recentemente a ACA referiu que nunca se iluminou tanto em parceria com a Câmara. Portanto tivemos de fazer o custo/oportunidade ou Ótimo de Pareto usando a terminologia económico financeira. Mas deixamos aqui o desafio e este ano já tentámos e para o ano quem sabe, se existem Milennium a montar árvores noutras cidades do país podemos encontrar aqui quem nos possa ajudar a montar a árvore de natal.

No que diz respeito às igrejas acompanhamos a preocupação das nossas igrejas, desejáramos que se passasse uma recuperação semelhante à Igreja das Carmelitas, que aliás tivemos hipótese de abrir no período de natal com um presépio do próprio município — e tudo faremos para sermos merecedores dessa mesma circunstância. Porém, recorro aqui, que este tipo de verbas está dependente de instituições institutos nacionais. Também já aqui foi dito como é que o Estado nomeadamente o Governo de Lisboa trata o seu património nacional, é uma circunstância que está longe de ser o desejável — e como já aqui foi dito, não havendo morcelas nem sangue, não podemos ter uma resposta adequada. Mas de qualquer dos modos também refiro que faremos das tripas coração para encontrar soluções para esta mesma circunstância. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁰²⁹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁰

“Tarifas da água não é demagogia — é tão simples como isso. Exemplos: com as novas tarifas quem gastar 10m³ aumenta 27.67%; quem 25m³ aumenta 21.88%; quem gastar 29 m³ aumenta 30.13%; quem gastar 50 m³ aumenta 12.59%. Os únicos preços que se mantêm são os preços entre os 0 e 8 m³, todos os outros aumentam. Está claro que há um ponto a partir dos quais eles diminuem que é a partir de 420m³.

Tarifas da MoveAveiro são abaixo da subida de combustível! Mal seria que fossem ao nível da subida do combustível porque os custos da MoveAveiro não são só de combustível. Olhe faça o aumento tal qual fez aos funcionários da MoveAveiro.

Quanto ao IMI e Derrama eu só falei em Derrama. O Senhor é que falou em IMI. Eu sou a favor da descida de todas as Taxas. Eu não a favor é da descida da Derrama e depois a subida inopinada como é esta da água.

Ferry-boat. O Senhor está mal informado senhor Vereador. O empreiteiro já não está lá a trabalhar há três meses. Pegou num camião de entulho, virou de marcha-atrás e foi embora. A dragagem para o trapiche provisório está feita, assegure-lhe que está feita. Olhe e à borla, porque foi uma empresa de quem sou consultor que a fez.

Mais coisas. O tão ousado protocolo dos comerciantes do Mercado Manuel Firmino. Então será ilegítimo que se tenha garantido às pessoas que lá estavam que regressem ao Manuel Firmino? Será ilegítimo que garantam às pessoas que agora regressam que não paguem taxas durante um ano. Onde é que vêem a ilegitimidade disso? Poder não ser uma situação economicamente correcta ou desejável. Mas como é que se era capaz de retirar de lá os

comerciantes para onde têm andado, para agora regressarem sem terem garantias de que regressam.

O Senhor Presidente da Câmara disse aqui uma coisa muito importante e grave. Disse que a dívida da Câmara de Aveiro é de 250 milhões de euros. Eu penso de que quando diz que a dívida da Câmara de Aveiro é de 250 milhões se está a referir à herança. Também disse que não oculta documentos. E portanto como sei que é um homem sério, espero que ponha a disposição desta assembleia e particularmente a mim se assim o entender, os documentos donde tal se pode extrair. Se não o fizer posso concluir que o discurso não corresponde à verdade e que está a faltar à verdade. O Senhor a partir deste momento está inactivado a apresentar os documentos que demonstrem que a dívida da Câmara na data em que tomou posse eram de 250 milhões de euros. Cerca de...significa mais ou menos 10%. E fico à espera dos documentos.

Quanto à audição dos municípios. Eu acho que é importante ouvir os municípios. Mas acho que muito mais importante que ouvir é fazer. O importante quando se está à frente de uma Câmara não é resolver o problema de um município. É resolver o problema de todos os municípios, não é só daqueles que lhe vão beijar o anel. E ninguém pode resolver os problemas colectivos porque ninguém é imenso e perder tempo como aquele caso que veio relatado naquela célebre entrevista em que as galinhas fugiam para o quintal do vizinho e que até deixavam lá os presentes... De facto é com este tipo de entrevista e com estas coisas todas que Aveiro se está a desqualificar. Mas não está só a desqualificar porque os outros dizem. O próprio Presidente da Câmara apoucou Aveiro quando disse que encara muito bem quando Aveiro está ao lado de outros municípios como a Gafanha!”

Vogal Fernando Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Só para dizer que aprecio a solidariedade prestada pelo senhor Presidente ao senhor Vereador (ouvem-se vozes). Senhor deputado Diogo Machado aprenda um pouco da democracia que é ouvirem-se os outros com respeito. O senhor tem dois ouvidos e uma boca faz favor de ouvir o dobro daquilo que fala.

Bem, estava eu a dizer que aprecio a solidariedade prestada pelo senhor Presidente ao senhor Vereador, mas também quero dizer ao senhor Vereador que tenho provas de pessoas que fazem parte desta coligação que demonstram que a intenção da Câmara municipal era de facto suportar a dívida toda do Aveiro Basquet. Muito Obrigado.”

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Muito obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar agradecer ao Vereador Capão Filipe que na realidade respondeu às minhas perguntas. Em democracia é assim mesmo — um pergunta outro responde. Fiquei esclarecido. Mas dizer que os “Sons em Trânsito” não se sobrepusesse a um dos festivais da Universidade de que a Câmara é parceira (isso é uma questão de racionalidade). Mas fiquei mais esclarecido do que estava — o que não impede que venha a Câmara a ter uma política concreta e articular com a Universidade.

E se digo isto, é para mim, como aveirense, é fundamental que Aveiro seja uma centralidade de atracção de pessoas. E eu ouço com muito gosto que diga que é obviamente muito ambicioso, até porque não há tradição em Aveiro de dizer que Aveiro pretende ser uma terceira centralidade de Arte Contemporânea. Mas eu digo que não basta tanto. Pensemos na Arte Cerâmica, pensemos nas nossas tradições, tudo isso potenciado que me leva à questão: fiquei muito triste e muito frustrado, que me digam que a política de animação urbana é transversal. É que quando é transversal a todos ninguém é responsável, não é de ninguém. A questão é esta na minha opinião. O contributo que eu dou para o debate é: não se resolve o

problema do descanso às pessoas só com os horários. Isso é um paliativo. Resolve-se os problemas quando em Aveiro houver uma política de animação urbana que crie uma centralidade fora da cidade e que gradualmente vá havendo transferência. Esta é a minha proposta. Também foi com estima que ouvi a intervenção do senhor vereador Jorge Greno, só que é preciso mais. E por isso, o que se pede à Câmara é que proponha e que tenha de ouvir as outras entidades. Mas a Câmara tem de nos dizer a nós aveirenses qual é a sua política de animação urbana. Porque os horários não resolvem o problema do direito ao descanso na Beira-Mar.

E para terminar esta minha intervenção deixava também esta pergunta no estrito domínio político. O Senhor Presidente da Câmara disse uma coisa que eu acho que não é admissível em política, que é: como o Dr. Raúl Marfins é o presidente do maior partido da oposição o que escreve não é para debater porque já sabemos que isso é de intenção partidária. Isso é verdade para aquilo que qualquer um de nós escreve em qualquer partido. Por isso, o que o Senhor Presidente tem de fazer dentro do debate é o Dr. Raúl escreve cinco pontos, o senhor acho que um é demagógico exclui-o, os outros quatro debate-os. Agora dizer que não vem ao debate porque é o líder do grupo da concelhia do PS de Aveiro é uma menorização política grave que eu penso que não era essa a intenção do Senhor Presidente da Câmara, mas foi isso que disse. Por isso o que acho que no futuro vai haver é o deputado Raúl Martins, eu, cada um de nós, escrevemos um artigo, todos nós estamos a manifestar opiniões políticas e alguns de nós partidárias e o Senhor Presidente vem a esse debate, não dizendo que não vem a esse debate porque é uma opinião partidária. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara: ⁰³²

“Só agradecer o contributo que deu, e quando o contributo tem aspectos positivos como teve, dizer que nós estamos disponíveis para dialogar com toda a gente. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Obrigado Dr. João Pedroso por ensinar como é que as coisas se fazem. Até apara o interior da sua bancada. Que como tem notado certamente, no seu intimo, ao adoptar uma postura doutoral e professoral. E do seu íntimo deixa escapar cá para fora algumas lições que deviam certamente assimiladas pela sua bancada — estou a reconhecê-lo. É pena que não o faça tão amiúde dentro do seu próprio partido (concelhia, leia-se). É pena que não se juntem, como os meninos de Huambo, porque às vezes faz falta. Conversavam todos e tal e certamente que essas coisas passavam. Porque esses processos de osmose em política são processos que nos permitem evoluir, crescer e dar passos e crescer, estou seguro.

Depois dizer, que no meu intimo também e em democracia, me sorri, com aquela expressão “ataque desenfreado à bolsa dos municípios de menores recursos”. Recordo-me de sete anos de dez meses de governação em que não ouvi esta expressão dessa bancada. Vi sim a aprovação tácita e sem reбуço de medidas que claramente significaram sempre um ataque desenfreado à bolsa dos municípios de menores recursos. De pequenas, médias, grandes e enormes empresas, de tudo e mais alguma coisa que se mexia no concelho de Aveiro. Mais, lembrei-me de quando se fazia o gesto de quando se mexia e do que não se mexia, porque até nos cemitérios de mexeu, brutalmente. Não entendo, como é que um ano e qualquer coisa depois se pode vir tão tranquilamente utilizar estas expressões e exigir deste executivo que faça o que outros não quiseram fazer. Mais, que faça o simétrico do que outros fizeram durante sete anos e alguns meses de poder autárquico onde sobrecarregaram municípios, empresas, e até os mortos ou os familiares dos mortos.

É evidente para mim, pode não ser para toda a gente, que o caso mais flagrante até é o ferry-boat. Porque antes do ferry-boat havia uma ponte — toda a gente se lembra disso. Era só opiniões. Agora somos invectivados até somos invectivados que ao fim de um ano ainda não fizemos.

Outro caso paradigmático é claramente o Mercado Manuel Firmino. Lembrem-se quando alguém com tique de sobranceira e tremer de perna, dizia que eram obras de recuperação. Quando todos aqui demos por ela (o Dr. Raúl Martins sabe disso e outros sabem disso) quando demos por ela o Mercado Manuel Firmino tinha ido abaixo e estava-se a construir um Mercado novo ocultando o processo de construção. Diga-se a verdade toda. Não se diga a verdade pela metade. Eu não sei como é que os senhores conseguem fazer a política assim, não sei. E por falar em invectivações como aquela que aqui acabou de fazer e invoca-se o regimento para tudo e para nada, mas eu digo-lhe uma coisa também cara-a-cara, só no último mandato do Dr. Alberto Souto de Miranda, a bancada do CDS/PP fez oito requerimentos sobre a situação financeira da Câmara Municipal, oito. Sabe quantas respostas tivemos? Zero! Os serviços da Assembleia Municipal sabem muito bem disso porque foi no local próprio através da Mesa, de que era Presidente o Dr. Carlos Candal que disso é testemunha. As respostas foram zero. A transparência era a que se queria, era a que se produzia. Não se esqueça que a “bota tem de bater com a perdigota”. Lá no governo da nação como cá. O senhor apoia os de lá. Mas tem de apoiar os de cá. Os de lá fazem uma Lei de Finanças Locais que estrangula os municípios — o senhor sobre isso nada diz. O senhor sabe que os de lá, o que apelida as intervenções de ridículas, aumentou generalizadamente os impostos, todos os impostos, mas não chamou a isso um ataque à bolsa de municípios de menores recursos. Diz que foi feito o que tinha de ser feito. Cá diz que é um ataque à bolsa de municípios de menores recursos. Seja coerente Dr. Raúl Martins. O senhor e o PS de Aveiro de uma vez por todas. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁴

“Senhor Presidente serei breve, até porque não quero confundir porque é que estou aqui hoje e pareceu-me ouvir agora uma intervenção feita no passado. Acho que as pessoas têm de aprender os seus novos papéis, já lá vai um ano, já é tempo de se habituar.

Para uma nota positiva sobre os esclarecimentos que o Senhor Presidente me deu sobre o edifício da EPA. Registei a informação e as formas de intervenção que têm de ser feitas junto dos proprietários, neste caso a Direcção Geral de Património.

Senhor Presidente, tenho de dizer isto: o PS na altura disse que começavam mal por causa daquela embrulhada que surgiu inicialmente sobre o IMI e teve até que ser feita uma Tomada de Posse feita à pressa (que por acaso acabou por correr bem), mas foi um incidente que poderia ter sido feito com uma passagem de testemunho mais tranquilo. Mas para dizer pelo que vejo aqui pela ordem de trabalhos, também já é a segunda vez que o que é a gestão e a ligação que tem de haver entre o executivo e a assembleia municipal e vejo alguns pontos que terão que ser aqui aprovados ainda este ano e não sei se não estaremos perante mais uma embrulhada. Não sei. Afinal a divisão ou fractura de que tanto nos acusam não é verdade porque as coisas têm acontecido sem o PS fazer por elas.

Depois o registo político do Senhor Presidente ter endereçado para o Vereador a questão que lhe coloquei. E a questão era simples. Era apenas de saber se pode o Presidente da Câmara alhear-se ou ser ele próprio o protagonista, explicar em que num ano de mandato, em que a situação financeira foi a peça central de toda a sua eleição autárquica, não apresentar ainda ao fim de um ano uma explicação clara e um plano de ataque certo, seguro e eficaz, para os problemas do município. Porque podemos andar sempre à volta do que queremos para Aveiro, mas esta foi a questão central da campanha eleitoral. E creio que os aveirenses estão

à espera há um ano. E um ano é 25% do seu mandato. Acho curto e farei, como já disse, farei sempre esta pergunta até vir a explicação. ”

Vogal António Regala (PCP) ⁰³⁵

Presidente da Câmara ⁰³⁶

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) ⁰³⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³⁸

Vogal Raul Martins (PS) ⁰³⁹

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰⁴⁰

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴¹

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 28 de Dezembro (5.ª feira) pelas 20:30 horas. ⁰⁴²

Eram 01:00 horas do dia 28 de Dezembro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)